

MARCUS ABRAHAM

Lei de
**RESPONSABILIDADE
FISCAL COMENTADA**

De acordo com:

- Emenda Constitucional 94, de 15/12/2016
- Emenda Constitucional 95, de 15/12/2016
- Lei Complementar 156, de 28/12/2016
- Lei Complementar 157, de 29/12/2016

2ª edição

revista, atualizada e ampliada

Prefácio | **Ministro do STJ Luis Felipe Salomão**



Resumo de Lei de Responsabilidade Fiscal Comentada

Neste livro, o autor enfrenta com profundidade e de maneira deveras proficiente cada aspecto da Lei de Responsabilidade Fiscal. No primeiro capítulo, trata de assuntos referentes à criação da Lei, trazendo importante comparativo com o mercado financeiro internacional e analisando a grave crise ocorrida na década de 1990, que acabou por gerar o nascedouro da lei, com o objetivo de estabelecer normas de ajuste fiscal.

No capítulo seguinte, há minucioso detalhamento das características primordiais da responsabilidade fiscal, quais sejam, o planejamento, a transparência e o equilíbrio fiscal. Segundo o autor, “o equilíbrio das contas públicas tem sido considerado a regra de ouro da Lei de Responsabilidade Fiscal”.

O capítulo terceiro foi destinado a analisar as sanções, sejam institucionais – aplicadas ao órgão público que descumpriu tais normas –, sejam pessoais – destinadas ao próprio agente público. Os crimes contra as finanças públicas tipificados no Código Penal foram objeto de exame e, por fim, houve merecido destaque para os atos de improbidade administrativa.

A segunda parte do livro é de grande utilidade, pois nela foram feitos comentários sobre cada um dos setenta e cinco artigos da lei, traduzindo-se em importante ferramenta de estudo e trabalho.

Ademais, é colacionada jurisprudência da Suprema Corte e do Superior Tribunal de Justiça, cada vez mais sedimentada a respeito do tema, bem como do Tribunal de Contas da União. O livro é ferramenta necessária para todos que atuam na área, gestores e juristas, assim também de grande utilidade para estudantes de Direito, Economia e Administração, entre outras disciplinas.

- Trecho extraído do prefácio do Ministro do STJ, Luis Felipe Salomão

[Acesse aqui a versão completa deste livro](#)